



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR AQUINO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RENIQUELE NUNES DA SILVA

**A DISCIPLINA DE HISTÓRIA E O MODELO DE ENSINO POSITIVISTA DURANTE
A DITADURA CIVIL-MILITAR**

**GUARABIRA-PB
2019**

RENIQUELE NUNES DA SILVA

**A DISCIPLINA DE HISTÓRIA E O MODELO DE ENSINO POSITIVISTA DURANTE
A DITADURA CIVIL-MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso artigo apresentado a/ao Coordenação do Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduando em História.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Susel Oliveira da Rosa

**GUARABIRA-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Reniquele Nunes da.
A disciplina de história e o modelo de ensino positivista durante a ditadura civil-militar [manuscrito] / Reniquele Nunes da Silva. - 2019.
22 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa ,
Coordenação do Curso de História - CH."
1. Educação. 2. História - Ensino. 3. Golpe - Civil/Militar. I.
Título

21. ed. CDD 981

RENIQUELE NUNES DA SILVA

A DISCIPLINA DE HISTÓRIA E O MODELO DE ENSINO POSITIVISTA DURANTE
A DITADURA CIVIL-MILITAR

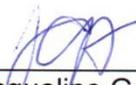
Trabalho de Conclusão de Curso artigo
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em História.

Aprovada em: 22/11/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Susel Oliveira da Rosa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Ms. Jaqueline Gonçalves Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Mestranda Genilma Ricardo da Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	HISTÓRIA ENQUANTO DISCIPLINA	6
3	O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL	8
3.1	Educação: dos jesuítas ao período regencial	8
3.2	A educação na república	10
3.3	A educação do século XX ao XXI	12
3.4	O ensino de história durante a ditadura civil-militar	14
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
5	REFERÊNCIAS	22

A DISCIPLINA DE HISTÓRIA E O MODELO DE ENSINO POSITIVISTA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

HISTORY DISCIPLINE AND THE POSITIVIST TEACHING MODEL DURING CIVIL-MILITARY DITADURA

Reniquele Nunes da Silva

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as modificações no ensino de História após o Golpe e a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985). Com a Ditadura o ensino de História tornou-se alvo do poder político autoritário dominante, o estado se utilizou da educação como uma forma de controle das massas. Essa pesquisa aborda as principais mudanças no seio educacional, com ênfase no ensino de História: como ela foi tratada e as suas consequências no avanço e no desenvolvimento da disciplina e na própria escola. O âmbito escolar foi reorganizado de forma que pudesse reafirmar os valores militares de moral e civismo, formando cidadãos patriotas, que fossem obedientes, com foco no ensino tecnicista para a formação de mão de obra qualificada. Para que houvesse êxito nesse novo modelo educacional, foram aprovadas diversas leis que fragmentaram o ensino de História, como as mudanças no ensino de 1º e 2º grau, na disciplina de História e Geografia que passou a ser Estudos Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: O ensino de História, Golpe civil militar, educação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the changes in the teaching of History after the Coup and the Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985). With the dictatorship the teaching of history became the target of the dominant authoritarian political power, the state used education as a form of mass control. This research addresses the main changes in the educational environment, with emphasis on the teaching of history: how it was treated and its consequences on the progress and development of the discipline and on the school itself. The school environment was reorganized so that it could reaffirm the military values of morality and civism, forming obedient patriotic citizens, focusing on technical education for the formation of qualified labor. To be successful in this new educational model, several laws were passed that fragmented the teaching of history, such as changes in the teaching of 1st and 2nd grade, in the discipline of History and Geography that became Social Studies.

KEYWORDS: The teaching of history, Military civil coup, education.

1 INTRODUÇÃO

Após o meu primeiro contato com o tema, que ocorreu a partir da leitura do livro “Caminhos da História ensinada” da autora Selva Guimarães Fonseca (1993), tive maior interesse de me aprofundar na pesquisa dessa temática, sobre as mudanças que ocorreram no ensino, principalmente no ensino de História que foi afetado tão agressivamente durante a Ditadura Civil-Militar. No decorrer das leituras e das pesquisas pude perceber a importância de estudar essas mudanças no âmbito educacional, como afetou o progresso da educação e das escolas, e vários grupos sociais, principalmente as camadas mais populares e os profissionais da educação, principalmente os de Ciências Humanas.

Para que essa pesquisa ocorresse de forma mais concisa se fez necessário um recorte histórico desde de como se iniciou o ensino no Brasil, com as escolas tradicionais, discorrendo até o objeto da pesquisa que é, após o golpe Civil-Militar, no qual abordarei as diversas medidas tomadas pelos governantes durante esse período para que houvesse maior efetivação do seu governo. Foram aprovadas leis, decretos, tudo como uma forma de legitimar o golpe, e a educação teria papel importante nesse sentido, ela teria que ser formadora de cidadãos obedientes, formados através da moral e cívica, disciplinas implementadas durante a Ditadura.

Este artigo tem como objetivo explicitar o modelo de ensino positivista militar após 1964. Os militares se utilizaram do discurso de combate a subversão comunista, que estavam a favor da ordem e do progresso, tendo assim maior apoio da elite, logo, estabeleceram esse ideal de ordem e progresso para o país, assim se instaurando o golpe que duraria 21 anos. Portanto, é de grande importância destacar as intervenções dos militares na educação e nas instituições de ensino.

As reformas ocorridas no ensino durante esse período trouxeram consigo diversas mudanças no processo educacional, desde o 1º e o 2º grau até as universidades, o ensino de História sofreu em diversos aspectos, com a fragmentação da disciplina, que tornou História e Geografia em Estudos sociais, na formação dos professores com as licenciaturas curtas, que durariam apenas dois anos e meio, com a perda da autonomia em sala. Podemos perceber o processo de desqualificação do professor mediante as medidas tomadas pelos governantes, que restringiram a autonomia das/dos professoras/es.

Para a realização de um projeto educacional, um dos elementos mais importantes do processo é o professor. Este supostamente domina o saber, e a educação realiza-se através do seu trabalho no nível de planejamento e execução do processo de ensino, sendo investido de autoridade institucional. (FONSECA,1993, p.25).

Portanto, o estado usava diversas medidas para a desqualificação do profissional da educação, com maior contraste técnico e burocrático nas escolas, começa a haver uma subordinação dos professores aos supervisores e orientadores pedagógicos, há também uma desqualificação das escolas públicas, havendo uma priorização do ensino técnico, formadora de mão de obra qualificada, para as várias indústrias do mercado que estavam em processo de maior desenvolvimento, com isso, teve uma abertura as escolas privadas no Brasil.

Em um momento em que há novamente uma desvalorização do ensino de História, no qual é questionado sua função social, na formação do indivíduo, e mais precisamente sobre seu papel frente a conteúdos práticos, sociais e ideológicos é necessário estudos que demonstrem a importância da disciplina na formação do cidadão, enquanto pessoa ativa e participativa na sociedade, capaz de julgar de forma crítica os fatos que ocorrem ao seu redor.

A partir dos aparatos históricos irei fazer um apanhado geral desse processo, destacando os principais pontos. Todas essas colocações devem ser postas com cuidado para não cair no simplismo ou nos mesmos questionamentos já abordados. Dentre esse território empírico, essa pesquisa mostra-se sua relevância social e científica, pois, em um momento em que se apoia a militarização do estado brasileiro, que se exalta torturadores, e os tratam como heróis, ela nos traz reflexões sobre experiências marcantes de um passado ainda muito presente.

2 HISTÓRIA ENQUANTO DISCIPLINA

Ao passar dos séculos a História passou por diversas mudanças, tanto na escrita quanto na sua metodologia, a cada momento histórico houve um conceito diferente da mesma, sendo representada através da Mitologia, através da narrativa, da Teologia, passou pelo o iluminismo até chegar a século XIX, no qual foram sendo criadas correntes historiográficas que a definisse de forma mais teórica, como o positivismo, as ideais de Karl Marx até a escola dos Annales no século XX, logo

após a nova História, História Social e as suas ramificações, História Cultural, Nova História Cultural, História do Tempo Presente, etc.

É neste momento que a História surge como disciplina autônoma no século XIX, na França, que é marcado pelos “movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas” (NADAI, 1993, p. 144). Com o positivismo, a História passa a ser considerada como ciência tendo como seu idealizador Auguste Comte, no qual serão trabalhados apenas com fontes históricas oficiais, os documentos escritos são a sua única fonte de pesquisa considerada verdadeira, a história trabalharia apenas com a descrição dos fatos, os historiadores seriam neutros, deveriam narrar os fatos tal como aconteceu, não poderiam de forma alguma intervir com sua opinião, o positivismo também trabalharia com a curta duração dos fatos, uma história cronológica, conhecida como escola metódica.

Para Nadai (1993), assim passa a ser contada uma história dos grandes feitos e dos grandes homens, havendo uma valorização nos eventos políticos, criando-se uma História Nacional, no qual se tem uma versão europeia dos acontecimentos, nesta perspectiva temos uma narrativa que omite os outros grupos sociais que também tiveram papel primordial nessa construção, tidos como minorias, mas na verdade representavam a maioria na sociedade, negando assim as suas histórias ao longo dos séculos. No período pós independência até o contexto da Proclamação da República, o ensino História consistiu em preparar elites para a direção da sociedade e para o exercício do poder.

Esse ideal de um ensino civilizador e positivista só foram abalados através das novas abordagens dos historiadores franceses Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) em 1929, com a publicação dos “Annales”. Que fazia uma crítica a escola positivista e metódica, a partir de então a própria concepção de histórico passa a ser problematizado, o tempo já não seria mais linear, progressivo na organização social, tradições, costumes, e agentes sociais até então negados pela a História positivista passam a ser identificados e compreendidos por meio de uma possível simultaneidade de tempos históricos. Assim, estabelece forte crítica a produção da História a partir de grandes acontecimentos e personalidades políticas.

Portanto, é nesse contexto político e ideológico, nesse modelo tradicional de ensino que a constituição da História enquanto disciplina escolar chega ao Brasil, com objetivos mais definidos, ocorreu a partir desse mesmo século, em um momento de pós independência, no processo de criação para um sistema de ensino

para o Império, esse modelo de ensino dialoga verdadeiramente com as tradições francesas. De acordo com Nadai (1993) foi utilizado esse modelo francês por muito tempo, isso só mudou quando passou a ser produzido os manuais no país, logo pode se entender que se teve um modelo de ensino eurocêntrico, considerada como única história da nação.

3 O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

O ensino de História enquanto disciplina passou por mudanças ao decorrer da História da educação no Brasil. Estudar essa temática implica em percorrer os caminhos e descaminhos da disciplina, desde o período em que ela surge no Brasil, mesmo que no princípio ainda não estivesse essa divisão curricular, farei esse breve apanhado histórico até chegar ao ensino durante a Ditadura Civil-Militar.

Para que possamos ter maior entendimento dessa temática se faz necessário fazer algumas indagações, como: qual era o objetivo da disciplina quando ela surgiu no Brasil? Como ela se adequou a ao modelo de ensino? Quais são as suas principais características? Para isso é importante um breve recorte histórico, para que assim tenhamos maior perspectiva do seu processo de desenvolvimento, seus debates e lutas políticas. Por tanto, será utilizada nesta pesquisa algumas bibliografias de autores que já abordaram essa temática, como por exemplo, Elza Nadai (1993), Selva Guimarães Fonseca (1993), Thais Nívia de Lima e Fonseca (2011).

3.1 Educação: dos jesuítas ao período regencial

O processo de educação formal no Brasil se inicia ainda no seu período colonial, quando a Companhia de Jesus aqui chega em 1549 e se responsabiliza pelo o processo de catequização dos povos indígenas. Os jesuítas começam a alfabetizá-los, e de certa forma se utilizavam disso para manter seu poder hegemônico diante daqueles povos, a alfabetização era o caminho mais seguro para a catequese e para mudar hábitos e costumes. Com o intuito de que eles se tornassem cristãos, seu objetivo era a propagação desses valores cristãos, da moral e da ordem, uma forma também de dominação e controle dos indígenas.

De acordo com Fonseca (2011), com jesuítas surgiram os primeiros colégios e escolas de instruções elementares. Havia dois modelos de instrução utilizados pelos jesuítas, o primeiro que era utilizado com os indígenas, baseado na leitura e na escrita, e o segundo seria para os filhos dos colonizadores, constituindo em um ensino mais culto, vai além da leitura e escrita, há uma instrução, não ficavam apenas na educação elementar, posteriormente eles iriam aos colégios chamados secundários e fariam ensino superior em Portugal. Os jesuítas ficam responsáveis por esse modelo de ensino no Brasil por mais de 200 anos, isso só irá mudar quando eles foram expulsos das colônias portuguesas no período pombalino, a educação passa a ser responsabilidade do Estado.

Já no ensino de História, para entender como ele se fragmentou-se, faz necessário fazer um apanhado histórico desde a sua implantação no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, no período Regencial como relata Elza Nadai.

No Brasil, sob influência do pensamento liberal francês e o bojo do movimento regencial, após a Independência de 1822, estruturou-se no Município do Rio de Janeiro, o colégio Pedro II (que durante o Império funcionaria como estabelecimento-padrão de ensino secundário, o mesmo ocorre na República, sob dominação de Ginásio Nacional) e seu primeiro Regulamento, de 1838, determinou a inserção dos estudos históricos no currículo, a partir da sexta-série. (Nadai, 1993, p. 145-146).

Ainda de acordo com a autora, Nadai (1993, p.144), em meio a essa influência, “a História inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como verdadeira História da civilização. Somando-se a isso, podemos dizer que o ensino de História no Brasil emerge em um contexto de formação da nação que se legitima à medida que se consolidava de acordo com o autor citado por Nadai (1993) “um passado habilitado a homogeneizar e unificar as ações humanas na constituição de uma cultura nacional” (MATHIAS, 2011, p. 42).

O resultante dessa abordagem reproduzida há décadas nos programas de História foi a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e a ausência de democracia social. (NADAI, 1993 p.150).

Para Nadai (1993) por muito tempo se estudou a História da civilização, destacando os grandes personagens, homens fortes, tidos como herói, seus grandes feitos, omitindo outras versões da história, havia um discurso em que

tentavam passar uma História harmoniosa, sem grandes conflitos, no qual teria a participação de todos os grupos sociais, considerando os escravizados como sujeitos passivos a escravização, assim os fatos passados eram transmitidos de forma a legitimar esse discurso.

3.2 A educação na República

A uma educação tradicional, centrada no professor conteudista, conservador, o aluno tinha um papel passivo no processo educacional, eram mero espectadores do processo educacional. A organização escolar na República contava com poucas escolas, encontradas principalmente nas capitais e regiões centrais.

Desde o princípio da República houve um cuidado em construir os personagens tidos como heróis nacionais, reafirmados pela criação dos feriados, no qual havia uma certa cautela em quais os personagens deveriam ser homenageados. “Essa forma de ensino; determinada desde sua origem como disciplina escolar, foi o espaço da história oficial no qual os únicos agentes visíveis do movimento social eram o Estado e as Elites”. (NADAI, 1993, p.152).

Para tanto, ainda não se reconhecia outros grupos sociais como sujeitos históricos, e desta forma, tanto negros, quanto os povos indígenas e outras minorias, veriam as suas histórias ficarem confinadas ao passado, havendo uma política de esquecimento. “Nessa História, os índios apareceriam na hora do confronto, como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliavam os portugueses” (ALMEIDA, 2014, p.15).

Houve uma centralização no contexto histórico, no qual se estuda o colonizador português, os imigrantes europeus e de forma superficial os africanos e indígenas, procura-se criar uma imagem de uma nação resultante da colaboração dos europeus no processo de formação do país.¹

É neste sentido que é escrita uma história em que há uma escravização pacífica dos africanos, e uma dominação indígena sem resistência, história essa que perdura até hoje nas maiorias dos livros didáticos.

Podemos observar também através do “pensamento liberal no século XIX que definia o papel da educação no sentido da formação do cidadão produtivo e

¹ Esse contexto irá mudar através da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, que insere no currículo a obrigatoriedade do ensino de História da cultura afro-brasileira, africana e indígena.

obediente às leis, mesmo quando impedido de exercer direitos políticos”. (FONSECA, 2011. p.44). No qual o indivíduo se conformaria com a sua vida e seu papel na sociedade, pela estruturação de um sistema de educação em que eles estariam excluídos, controlado através de um Estado autoritário.

Na Europa a elite queria de certa forma a inclusão das classes trabalhadoras e urbanas no sistema de ensino, claro que havendo um certo limite nessa forma de inclusão, já no Brasil o problema seria justamente à exclusão da grande população escravizada, além dos negros, mestiços, pobres, todas aquelas minorias que no total seria a soma maior da população.

Eles não foram incluídos nesse processo educacional, há uma forte exclusão social, então o que podemos notar é que o principal objetivo do sistema educacional no pós-independência seria a formação das elites. A aceitação da população negra e mestiça, livre ou escrava, nas escolas, ainda demoraria e seu contato com saberes escolares convencionais e com a alfabetização ocorria mais frequentemente no âmbito da vida privada” (FONSECA, 2011, p. 45).

Ainda segundo a autora, a matéria de História seria ministrada somente a partir da sexta série contando também como agravante de que em muitos casos os professores não tinham material traduzido para o português e, portanto, eram obrigados a recorrer ao original em francês para ministrarem em suas aulas (NADAI, 1993, p.146). Havendo assim, um grande obstáculo para a ministração dos conteúdos.

Nesse momento, os métodos de ensino seria apenas a de memorização, longe ainda de se ter um ensino de estimular no aluno o senso crítico, pelo contrário, “aprender História significava saber de cor os nomes e os fatos com as suas datas, repetindo exatamente o que estava escrito no livro ou copiado nos cadernos” (BITTENCOURT, 2009, P. 67).

Por conseguinte, a elite coloca em meio as suas reflexões a questão de criar a sua identidade, assim o Brasil procura criar sua identidade nacional, fundando então o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1938, que tinha como missão “elaborar uma história Nacional e de difundi-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História”. (FONSECA, 2011, p.46).

Através de um concurso realizado pelo IHGB a teoria do alemão Francisco Adolfo Varnhagen ganha para a qual seria a melhor forma de escrever a História do Brasil. Ele defendia que a história deveria ser escrita a partir de três grupos étnicos

(brancos, negros e índios), como personagens formadores da nacionalidade brasileira, contudo, sempre ressaltando o elemento branco, para Fonseca (1993) sugerindo um progressivo branqueamento da população, sua narrativa seria semelhante a europeia, que buscava a verdade através dos documentos, uma história sem críticas, apenas com os relatos dos acontecimentos.

E a melhor forma desta história ser conhecida seria através das escolas, no qual ela passaria a ser propagada por meios dos programas curriculares. Portanto, de acordo com, Nadai (1993), assim se inicia a História enquanto disciplina no Brasil. Vale salientar que alguns membros do IHGB ministravam aulas no Colégio D. Pedro II, que era tido como referência no ensino para as outras instituições, esse modelo foi utilizado por outros colégios na construção de programas e nas orientações de conteúdo.

3.3 A educação do século XX ao XXI

Já no século XX, os autores de livros para o ensino primário e secundário começaram a investir em uma visão da História em que apostavam na eficácia do seu ensino para a formação de um cidadão adepto a ordem social e política, afirmava que deveriam estimular aos jovens o gosto pela história.

“Foi com esse objetivo que se introduziu, a partir da segunda década do novecentos, a disciplina escolar “Instituição Moral e Cívica” que articulada ao ensino de História, visava a reforçar os sentimentos patrióticos da população” (FONSECA, 2011, p. 51).

Recurso verdadeiramente eficaz que possa inocular na escola a conduta cívica e patriótica. É o exemplo dos grandes cidadãos, a história do que fizeram e a ela própria, sobressaindo sobre a atividade anônimas das massas, dirigindo-as aos seus destinos e aos seus ideais (Pombo, 1918, p.3).

Então, o ensino começou a reforçar a ideia de nacionalismo, que cresceu principalmente após a Primeira Guerra Mundial, essa disciplina de Moral e Cívica que ganhou grande destaque durante a Ditadura Civil-Militar, como uma forma das pessoas se tornarem mais nacionalistas e passarem a sentir mais amor pelo país, honrando através de seus símbolos, como a bandeira e Hino Nacional, cantado todos os dias nos pátios das escolas ou em sala de aula.

No entanto foram as reformas do sistema de ensino nas décadas de 30 e 40 que promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a definitivamente (FONSECA, 2011, 52).

O ensino de História foi utilizado pelo então governo para legitimar valores que exaltavam o seu poder e legitimava as decisões tomadas pelo mesmo, ou seja, uma História moralista e patriótica.

No Governo de Getúlio Vargas foi criado do Ministério da Educação e Saúde Pública, ele passou a definir a elaboração dos programas educacionais, que passou a ser de sua total competência, com isso, fez com que as escolas perdessem suas autonomias, isso na prática fazia com que houvesse uma unificação nos conteúdos e de metodologias. “O ensino de História adquiriu um sentido utilitário, pois era visto como instrumento de educação política e de familiarização com os problemas que o desenvolvimento impunha ao Brasil” (ABUD, 1993, P. 163)

O então Governo tinha um grande discurso de modernização e de superação do atraso do país vivido até então. É neste momento que há ainda uma maior valorização dos heróis nacionais, com isso, esconderia assim, todas desigualdades sociais que a sociedade viveu até aquele momento e que continuaria vivendo. A educação passou a ser utilizada pelo governo como um instrumento de centralização política.

Em 1939 houve a regulamentação do ensino primário, sendo dividido da seguinte forma, pré-primário (maternal, jardim de infância), primário (4 anos), com opção de mais 2 anos de curso de artes, médio (7 a 8 anos) dividido em ginásial e colegial. Em 1961 foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em que se torna obrigatório o ensino primário, é aprovado pela primeira vez na educação que a União, Estado e Município deve investir um valor mínimo na educação, conseguimos notar um pequeno progresso para educação pública no país.

Nos anos seguintes retrata Nadai (1993), que nas décadas de 1950 e 1960 até o golpe instaurado 1964, a Ditadura Civil-Militar, houve um desenvolvimento significativo no ensino de História, este avanço se dá através da criação dos primeiros cursos de nível superior para preparar os professores para o ensino secundário em 1934, também a criação das Universidades, que de forma gradual aos poucos vai trazendo um aspecto novo ao ensino, “houve uma abertura para

outras Ciências Humanas, com o necessário superar o isolamento, enfatizando seu caráter problematizador e interpretativo” (NADAI, 1993, P.156).

A partir dos anos 60, o país tem uma chance de se tornar mais igualitário, apesar ainda da influência do positivismo do IHGB, foram testados novos currículos, métodos de ensino, conteúdos e práticas pedagógicas diferentes da até então trabalhadas, esse processo foi interrompido pela a instauração da Ditadura Civil-Militar. Com o golpe não é interessante para as forças dominantes uma educação que formasse uma nação pensante e com senso crítico, alterando novamente toda a educação de forma negativa, veremos novamente mais um retrocesso, tanto para a disciplina quanto para todo o meio educacional.

3.4 O ensino de História durante a Ditadura Civil-Militar

A Ditadura Civil-Militar foi implantada no Brasil em 1º de abril de 1964, com apoio de entidades da sociedade civil, dos órgãos representativos do poder econômico nacional, dos setores de comunicação em massa, durante o período em que se mantiveram no poder impuseram os mais brutais acontecimentos na forma de violência, censura, repressão, exílio e diversas outras formas de coesão da sociedade.

Começamos a sentir as mudanças no âmbito educacional a partir da Constituição de 1967 que através de um decreto desobriga a União, o Estado e Município a investir um valor mínimo na educação, há uma abertura para iniciativa privada na educação, e por último a única medida que foi a favor da educação, a alteração na estrutura da educação básica, tornando-se obrigatória em todas as suas series.

Essas alterações fizeram com que houvesse um aumento significativo no número de alunos matriculados nas escolas públicas, no entanto, não teve aumento nas verbas para a mesma, tão pouco foram criadas políticas educacionais que mantivessem esses jovens nas escolas, ocorrendo nos anos seguintes grande número de repetência e evasão escolar dos alunos. Podemos observar que apesar de mais jovens terem acesso à educação, esse modelo educacional ofertado colaborou para as desigualdades educacionais.

Para ensino de História e todas as disciplinas de ciências humanas foram tomadas várias medidas como uma forma descaracterizá-los, como a extinção da disciplina, tornando-se em Estudos Sociais. A utilização da disciplina trabalhada em sala de aula, Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que tinha como objetivo inserir nas escolas valores ditados pelo regime vigente. Fonseca (1993) assegura que não tratava apenas de uma disciplina, mas sim uma doutrina criada pelo estado ditatorial.

De acordo com Almeida (2014, p.69) “a disciplina torna-se obrigatória em 1969”. Ainda de acordo com o autor, “os livros didáticos desta disciplina discorriam sobre os conteúdos como os grandes vultos nacionais, Estado brasileiro, formação do povo brasileiro, civismo, nacionalismo, democracia, realidade brasileira, tradições” (ALMEIDA, 2014, p.69).

Baseado no decreto-Lei 869 de 12 de outubro de 1969, que estabeleceu carácter obrigatório, como disciplina e prática educativa nas escolas, de acordo com o Art. 2º da Constituição Federal a Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: o Culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e grandes vultos da sua História, o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamentos na moral, no patriotismo, estes são apenas dois inciso deste artigo, e nele podemos notar o quanto era importante para os militares que estavam no poder esse culto ao país.

Para tanto, eles impuseram uma nova cultura escolar, em que os alunos deveriam cantar o Hino do país no pátio das escolas, ou nas salas de aula todos os dias, deveriam ser mantida a ordem, sem debates políticos, era reprimido qualquer forma de pensar, que não fosse a imposta pelos então governantes. Portanto, havia um controle que viria desde os diretores escolares, do apoio pedagógico ou até mesmo de professores que eram a favor do regime.

Já a OSPB foi criada ainda em 1962 e foi mantida depois do golpe, segundo Martins (2014 apud Almeida 2014, p.70):

A sobrevivência de OSPB mesmo quando este estado democrático esteve suspenso durante a ditadura militar, se deu, evidentemente, por ser seu conteúdo capaz de legitimar quaisquer que fossem as estruturas organizacionais do Estado, seu organograma e bases legitimadoras. (...) Em 1969, a disciplina se torna obrigatória para o 2º grau do ensino. Com a Lei 5.692/71 a disciplina é mantida nos currículos escolares e passa também a ter carga horária nos currículos das escolas de 1º grau. (...) Dentre os seus conteúdos, destacam-se as definições dos três Poderes brasileiros o

Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a organização administrativa do Estado, o conceito de participação, de comunidade, de sociedade.²

Já no ensino de História, que irá se tornar Estudos Sociais, registrou Miriam Moreira Leite “a partir de 1960 vem se preparando substituir o ensino de História e Geografia (...) introduzidos pelos cursos vocacionais e experimentais em 1959, tendem a se alastrar e substituir o ensino de História e Geografia. (Leite, 1969, p.10 apud Almeida 2014, p.70)

Para tanto, o então Governo Médici completou a configuração do projeto educacional que vinha sendo arquitetado mesmo antes do golpe, a reforma tem como base o ensino do 1º e 2º grau proposta pela Lei nº 5.692 de 11 de agosto 1971, o ensino de 2º grau volta-se para a habilitação profissional dos alunos.

Essas mudanças previam a adoção de Estudos Sociais englobando os conteúdos de História e Geografia no 1º grau, a possibilidade da disciplina continuar autônoma, como previa a legislação Lei 10.038/68 foi reprimida por essa nova lei.

Com essas mudanças não existiria, mas necessidade das disciplinas de Ciências Humanas que seriam encarregadas nessa formação completa do indivíduo, então, geraria uma negação no conteúdo crítico na formação geral do educando. Em relação a essa formação Selva Guimarães Fonseca (1993) nos coloca essa questão afirmando que o objetivo seria proporcionar uma educação que levasse em conta os ideais de Conselho de Segurança Nacional no qual o objetivo era reprimir as opiniões a fim de evitar ou eliminar qualquer resistência ao regime autoritário em vigor.

O resultado dessas leis e decretos aprovados, foram sentidos diretamente nos cursos superiores, especificamente nos cursos de licenciatura de Ciências Humanas, principalmente após a criação das licenciaturas curtas;

Se dispersavam área de estudos de formação dos professores como História, Geografia, Política, Economia, Sociologia e Antropologia, o curso de Estudos Sociais, reduzindo a carga horária, diminuindo em um ano, trazendo prejuízo para a sua formação. Assim, o conjunto das disciplinas de humanidades perdeu seu caráter de humanização e sua potencialidade de reflexão sobre a sociedade para tornar-se mero instrumento de inculcação ideológica (ALMEIDA, 2014, p.70).

² (EMC) Educação Moral e cívica. (OSPB) Organização Social e Política Brasileira. Decreto-Lei 869 de 12 de outubro de 1969, Art. 2º inciso 4 (d) e (g).

As licenciaturas curtas formariam profissionais da educação menos qualificados, tornando-se dessa forma mercadorias da educação, pois não teriam uma formação necessária para serem autônomos frente às imposições governamentais. Tendo em vista que supostamente o professor é detentor do saber, seria necessário atacar justamente em sua formação, tirando-lhe a capacidade de contestação.

Nessa imposição de uma saber polivalente na área de Estudos Sociais, justamente com o curto período de formação dos professores, faz com que haja uma maior demanda de Universidades particulares, no qual lançam cursos superiores deficitários, à conseqüentemente uma baixa aquisição no conhecimento, o que será responsável pela falta de um espírito crítico nos futuros educadores. De acordo com Fonseca “o Estado passa a investir deliberadamente no processo de desqualificação/requalificação dos profissionais da educação (FONSECA, 1993, p.25).

E para continuar com esse processo de desqualificação dos professor, de acordo com Fonseca (1993), em 1976 o Ministério da educação editou uma portaria no qual somente os professores formados em Estudos Sociais poderiam lecionar no 1º grau na respectiva disciplina, isso fez com que os profissionais formados em História e Geografia fossem praticamente excluídos do mercado de trabalho, a eles restaram as poucas turmas do 2º grau.

Desta forma, os professores com licenciaturas curtas por falta de maior instrução, também formaram cidadãos acríticos, sem conseguir contestar ou protestar contra o que ocorre em meio a sociedade em que vive, formando uma sociedade que segue em manada, que não consegue estabelecer uma conexão do presente com o passado, tornando-se meros espectadores dos fatos ocorridos, isso perpassa por muitos e muitos anos, já que esses profissionais continuarão atuando mesmo após o golpe.

De acordo com Fonseca (1993, p.28) “esta investida contra os profissionais de História vai além das dimensões econômicas(...) Trata-se do controle ideológico sobre a disciplina de 1º grau, na formação dos cidadãos e do pensamento”.

Os conteúdos lecionados na disciplina de Estudos Sociais segundo Fonseca (1993, p. 152) foram “as noções de História do Brasil, neste conjunto privilegiam os mitos nacionais sobre a formação da cultura brasileira e os conceitos de integração nacional/desenvolvimento econômico”.

Podemos perceber que a educação serviu com um instrumento para se alcançar os objetivos do governo ditatorial, contudo, apesar da forte repressão durante então governo, dos ideais moralizadores e disciplinares na educação brasileira, houve resistência, “ o controle e a dominação não se fizeram de forma absoluta” (FONSECA, 1993, p. 40).

De acordo com Almeida Neto (2014) houve professores que apesar da forte repressão e controle em sala de aula procuravam métodos para que pudessem ir contra as diretrizes que estava sendo aplicadas nas escolas, da mesma forma também havia alguns professores que eram a favor do golpe que aplicava as aulas de acordo com que era imposto pelos diretores e coordenadores pedagógicos, que seguiam a risca as ordens do estado.

Mas não podemos negar as formas de resistência que aconteceram durante esse período, que reagiram a tais medidas através de mobilizações dos professores e suas associações, de grupos que eram contra a esse modelo de governo, através de protestos, havendo prisões políticas, demissões, cassações. Para Fonseca 1993;

Esta resistência foi se ampliando à medida que os interesses profissionais dos professores eram cada vez mais atingidos, a História e a Geografia iam perdendo sua autonomia como Ciências e as próprias universidades viam seus interesses e sua muito relativa autonomia ameaçada. (FONSECA, 1993, p. 29).

Podemos destacar que foi de suma importância as mobilizações e reivindicações políticas dos trabalhadores/professores frente a esse sistema autoritário, questionando as políticas educacionais, melhorias salariais, melhores condições de trabalhos, mas autonomia frente a sala de aula, estava sendo questionado todo o processo educativo no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em que o Brasil sofreu o Golpe Civil-Militar e passou a ser governado pelos militares foram implantadas estratégias para que o país entrasse nos “eixos”, voltando-se a um modelo autoritário, em que o país mantivesse a

ordem. Nesse momento houve forte repressão aqueles que eram tidos como perigo para os planos traçados por ele, e o professor de História se encaixava bem nesse pensamento.

A História por ser uma disciplina que ajuda na construção de uma consciência crítica, para assim analisar de forma mais coerente e lucidas os fatos ocorridos, fazendo com que os governantes ditatoriais queiram ter controle sobre ela, para que não ofereça perigo aos seus interesses. Para isso, desde o momento em que os militares tomaram o poder e até mesmo antes, fizeram com que houvesse uma descaracterização não só no ensino de História mas de toda ciências humanas, quanto as licenciaturas, com o processo de desqualificação com as licenciaturas curtas, formando profissionais que não estavam aptos, tirando-lhe a capacidade de formar seus próprios conceitos.

As escolas foram utilizadas como lugar para reafirmar as suas ideologias, através das disciplinas Moral e Cívica e OSPB, fazendo com que o conhecimento escolar ficasse debilitado, com a formação dos professores que estavam sendo formados aos montes e enviados para as escolas sem uma base teórico-metodológica adequada, podemos observar que ocorre um verdadeiro sucateamento das escolas públicas.

Segundo Almeida 2011 a partir dos anos 70, começa a ocorrer uma maior rejeição a esse modelo de ensino, em que os alunos após um dia cansativo de trabalho, não se interessavam pelos conteúdos trabalhados em sala, conteúdos tão distantes de sua realidade, já que nesse momento voltou-se a um modelo positivista, que exaltavam os grandes nomes da História, sendo um dos motivos da evasão escolar.

A partir de 1964, existiu um aumento na entrada dos alunos nas escolas, já que no primeiro momento foi investido na educação, pois era a principal maneira de progresso no País, no entanto, não foi tomada pelo o estado nenhuma medida pública para que pudessem garantir a permanência desses jovens nas escolas, no segundo momento foi implantado o ensino tecnicista, para a construção de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Fazendo com que a elite começasse a investir em escolas particulares, já que na escola pública não havia uma preocupação para que os alunos fossem preparados para que ao saírem das escolas pudessem ingressar nas Universidades. Os militares se utilizavam do discurso que iriam transformar o Brasil em um país

desenvolvido, então aumentaram os investimentos nas indústrias, fazendo com que a educação se voltasse para esse interesse do Estado.

Para tanto, acontecia naquele momento uma grande exploração no trabalho, ocorrendo também modificações no ensino superior, que seria melhor forma de alterar o modelo de ensino nas escolas, havendo uma desqualificação do professor, que perderam sua autonomia em sala de aula, tinham baixos salários, péssimas condições de trabalho, com escolas em situações precárias.

Podemos perceber grandes mudanças no âmbito educacional, temos uma desvalorização do ensino enquanto formadores de pessoas pensantes, com senso crítico, com capacidade de analisar a política vigente, e há uma supervalorização do ensino tecnicista, para suprir a necessidade de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, já que um dos principais ideais dos militares era o desenvolvimento econômico do país, e houve nesse momento um aumento nas indústrias.

Portanto, considerando todos os pontos aqui colocados até o momento, com a forte interferência do estado no ensino básico, quanto nas licenciaturas, isso gerou um processo de estagnação em todo o ensino, tanto na construção do conhecimento, quanto na reflexão dos acontecimentos em sua volta. A educação foi utilizada também como controle das massas, e o ensino de História foi usado por eles como uma forma de moldar as pessoas, para alcançarem os seus objetivos.

Podemos afirmar as consequências desse modelo de ensino após o processo de democratização através do trabalho de Selva Guimarães (1993) que em um capítulo do seu livro fala que após a abertura da democratização no Brasil está havendo um verdadeiro colapso na educação o que nos mostra que durante esses 21 anos do golpe, ocorreu um verdadeiro fracasso nas políticas educacionais vigente naquele momento, mostrando justamente o oposto do que era transmitido na mídia, a ideia de progresso era apenas um jargão político para disfarçar a verdadeira situação que se encontrava o Brasil.

A Ditadura foi um capítulo da História em que podemos observar o desrespeito ao professor, fazendo com que haja um processo de desqualificação e desvalorização do profissional da educação, e esse discurso acabou se naturalizando no Brasil, da mesma forma ocorreu com a educação pública após desse período se naturalizou que elas não ofertam ensino de qualidade.

O ensino de História enquanto o nosso ofício, tem que ser entendido em toda a sua amplitude, portanto, se faz necessário maior entendimento destes aspectos históricos aqui abordados, a interferência do estado na educação ocorre sempre quando o Estado que ter maior controle e domínio sobre a população, sendo tratada como mercadoria, sendo degradado, para alcançar as suas finalidades.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. M. **O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas 1931**. Revisão Brasileira de História, São Paulo, v.13, n. 25/26 p. 163-174, 1993.

ALMEIDA NETO, Antonio. S. de. **Cultura escolar e ensino de História em tempos de Ditadura Militar brasileira**. OPSIS, Catalão- GO, v.14, n.2 p.56-76, jul./dez.2014.

BITTENCOURT, **C. M. F. Reflexões sobre o ensino de história**, estud. av. vol.32 no.93 São Paulo maio/ago. 2018

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papyrus, 1993. (Coleção Magistério, Formação e trabalho pedagógico). Cap. 1 p. 17-35. Cap. 4 p. 111-115.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História**. - 3.ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Cap. 1 p. 15-25 Cap. 2 p.29-37.

GERMANO, José Willington. **O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

NADAI, Elza. **O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. ANPUH, 1993, p. 143-162.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa**. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 6, n. 3, p. 29-39, set./dez 2016.

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. **O ensino de História Durante a Ditadura Militar**. p. 1-18. disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf>> Acesso em 7 de outubro de 2019.